

MARINHA DO BRASIL
CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Manaus, AM, na data da assinatura.

PARECER PROVISÓRIO DE OBRAS (PPO)

A Autoridade Marítima, em relação à segurança da navegação e ao ordenamento do espaço aquaviário, nada tem a opor de maneira provisória à(s) obra(s) requerida(s), previsto no item 2.4 da NORMAM-303/DPC.

- 1) O interessado não poderá iniciar as obras até a emissão do Parecer de Interferência Prévia.
- 2) Apresentar o projeto portuário conceitual e detalhado. (Observar o contido no item 2.4, 2.5 ou 2.6 da NORMAM-303/DPC), no prazo de 60 dias da data desse parecer.
- 3) Apresentar o plano de análise de riscos e as medidas de controle. (Observar o contido no item 2.4, 2.5 ou 2.6 da NORMAM-303/DPC), no prazo de 60 dias da data desse parecer.
- 4) Durante a análise do processo poderão ser solicitadas informações ou documentações adicionais.
- 5) O presente parecer não implica em autorização ou aval à obra pretendida por não ser objeto da competência da MB, nem exime o requerente do cumprimento de exigência de outros órgãos, nas esferas federal, estadual e municipal, prevista na legislação em vigor.

Este parecer terá validade de **SEIS MESES**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado por igual período.

Eu, _____, CPF/CNPJ: _____, Identidade nº _____ Órgão expedidor _____ residente: _____ CEP: _____ - _____ Tel (____) _____ - _____ e-mail: _____, Vem requer a Vossa Senhoria a emissão de Parecer para realização da: **OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE PORTO, TERMINAL PORTUÁRIO, ESTALEIRO, TERMINAL PESQUEIRO OU DE PASSAGEIRO, DE GRANDE PORTE, COM NOVOS CANAIS DE ACESSO, APROXIMAÇÃO E ESPAÇOS AQUAVIÁRIOS E COM A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DRAGAGEM**

(O NOME DA OBRA)

Nome da obra pretendida

Coordenadas geográficas: **LAT** ° ' " **S** / **LONG** ° ' " **W**, de acordo com o item 2.4 da NORMAM-303/DPC.

Nestes termos, pede deferimento.

(Assinatura do Requerente)

_____, ____/____/____.
(local) (dia) (mês) (ano)

- OBS.** 1 - As CP/DL/AG deverão postar no **VERSO** do presente requerimento todas as exigências que porventura tenham sido apontadas durante o processo e discriminar no espaço destinado ao despacho se o parecer é provisório ou definitivo;
- 2 - A emissão do **PARECER FINAL** da Autoridade Marítima estará condicionada ao cumprimento das exigências por parte do interessado junto à CP/DL/AG de origem do processo da obra; e
- 3 - Deverá ser apensada ao presente requerimento toda a documentação exigida na presente norma afeta a obra pretendida.

NORMAM-303/DPC